

CAPITULO 5 – CONCLUSÕES

É importante consignar que a análise do modo como a forma influencia a apropriação dos espaços públicos pareceu num primeiro momento, algo linear, mas com o decorrer da pesquisa viria a revelar-se bastante interessante e estimulante, à medida que trouxe questionamentos atinentes relativamente ao poder que a administração local em parceria com entidades privadas têm na produção do espaço público, e como vêem nele um modo de investimento e atracção financeira, como via de elevarem as suas cidades no marco da competitividade global. Foi igualmente interessante entender que esta questão se encontrava no campo de análise da geografia, que demonstrava a necessidade de integração das práticas sociais com a forma, assim como a importância que dava ao desenho urbano, pois segundo esta ciência os espaços públicos são elementos qualificadores da colectividade tanto em termos materiais (urbanísticos, ocupação física) como imateriais (históricos, culturais, sociais, de identidade), que condicionam a vivência urbana.

Neste sentido, muito se tem falado do espaço público ao nível da arquitectura e do urbanismo, mas quase sempre considerando a forma como um sistema geométrico de linhas e figuras, isolado do seu contexto social. A projecção do espaço considerado a partir de uma análise cognitiva e dedutiva, prende-se mais a um conceito de intervenção que à participação pública.

A par do conceito de espaço público, difícil de comprimir, encontra-se os múltiplos significados assumidos pelo mesmo, que mais que um conceito é importante vivenciá-lo. Com o surgimento de novos espaços públicos/privados, a tipologia tradicional de espaço público, como a praça ou a rua, perdeu muito do seu carácter de espaço de sociabilização, de encontro, de manifestação da vida pública. Além disso, muitas intervenções são efectuadas como se o espaço fosse um monumento, simplesmente para observar e valorizar a área. O espaço público, como espaço de inclusão, pode ser igualmente espaço de exclusão, cuja forma determina o perfil dos apropriados.

O espaço público é uma parte da cidade, ou melhor a parte exterior da cidade, mas que nem sempre apresenta o grau de ligação desejado. Este é um elemento estruturante e de organização da forma urbana, pois permite um funcionamento equilibrado do sistema, e apresenta um papel integrador, ao possibilitar a ligação e continuidade territorial e funcional da cidade.

Ao nível de instrumentos de gestão territorial que direccionem estratégias de intervenção equilibradas, racionais e com coerência urbanística, ainda estamos longe de possuir instrumentos com tal potencial. O princípio de intervenção direcciona a adopção de desenhos tipificados, que não tem em consideração a especificidade territorial e social da área a intervir. As pessoas excluídas do “projecto” de cidade são mais do que se supõe, pelo que o “homem médio” não deve ser o modelo para a concepção do espaço público. É importante ter a

capacidade de projectar em função das diferenças e não das normas obrigatórias de ostentação de um modo de produção capitalista.

Os espaços públicos devem assegurar a sua apropriação física, visual e simbólica, mediante a garantia da liberdade de acesso, liberdade de acção, direito de fruição e direito de propriedade, daí que todos os cuidados na sua concepção e execução relacionam-se com o modo como devem ser encarados: não como obrigatórios mas sim como apreciáveis.

Assim, este trabalho procurou desvendar e apontar certos limites e descontinuidades que existem na projecção do espaço público e na determinação da forma, que condiciona a sua apropriação e gera não-lugares.

A análise do espaço público na cidade de Barcelona, produzido pelo “Modelo Barcelona”, procurou justificar as hipóteses de partida deste trabalho, assim apontar novos direccionamentos no projecto do espaço.

O espaço público surgiu como a base de sustentação do chamado modelo Barcelona, associado posteriormente a uma expansão interior e exterior do mesmo. Esse feito elevou a cidade de Barcelona a novas tomadas urbanas, e a querer estar constantemente a experienciar novas demandas económicas. Apoiada na espectacularização do projecto e no planeamento estratégico, Barcelona encontrou o modo de se fazer cidade. As políticas urbanas, baseadas num sistema de interioridade e exterioridade, converteram-se nos motores leais de uma nova forma de planificação, que dirige os objectivos de alguns administradores locais. Podemos afirmar que os dois grandes pilares do “Modelo Barcelona”, foram o planeamento estratégico que visava estabelecer a hibridação entre o público e o privado e os grandes cenários arquitectónicos vislumbrados pelo/no espaço público.

Para validar a nossa hipótese de trabalho, recorreremos a dois espaços públicos de Barcelona, com a mesma tipologia, mas em contextos geográficos, históricos e sociais muito distintos, e necessariamente para sabermos se o nosso objectivo de estudo se verificava ou não. Igualmente, a escolha destes espaços recaiu sobre o facto de serem projectos que se contextualizavam dentro do “Modelo Barcelona”, no início da administração democrática.

A política constitucional de criação e intervenção do espaço público em Barcelona não seguiu uma estratégia global de intervenção, foram acções desarticuladas, dispersas pela cidade, para que todas as áreas fossem alvo de um espaço público mediático. Os espaços foram pensados à escala da cidade megalómana e do espectáculo, contudo não à escala dos indivíduos. As políticas de intervenção pública/privada na consolidação dos espaços públicos originaram sistemas apriorísticos e utópicos. Assim, consideramos de maneira hipotética que a forma influiu na apropriação dos espaços e a actuação do poder público foi determinante na construção das formas espaciais e necessariamente induziu a sua apropriação. A rambla do Raval e a Praça dos Países Catalães são exemplos desta política, sobretudo esta última, pois foram escolhidos pela área de inserção de modo a que a intervenção conseguisse atrair novos fluxos às áreas e dar outra imagem às zonas onde estes se inserem. Contudo, a rambla do Raval, já faz parte de um projecto maior que engloba todo o bairro, mas que foi pensada isoladamente.

A escolha dos indicadores mostrou, num primeiro momento, que eram espaços muito distintos. Contudo, após a recolha dos dados e a organização das respostas dadas pelos inquiridos rapidamente percebemos as semelhanças.

O objectivo principal para ambas as áreas foi dotar e conceber uma estrutura para espaços que se encontravam deteriorados, abandonados, sem uso e desvalorizados. O importante era criar uma nova imagem que engrandecesse a área de implementação. Não se teve em conta a participação pública das comunidades locais.

Aquilo que observamos foi, na sua maioria um manifesto negativo relativamente a ambos os espaços, à parte das excepções. Grande parte dos inquiridos não sente identificação com os espaços e justifica a sua atitude com a forma dos espaços, ou porque não são à escala, são demasiado lineares, frios e sem vida, ou porque têm materiais raros ou homogêneos e isso de certa forma gerou espaços de exclusão para a maioria e de inclusão para a minoria. A Rambla do Raval e a Praça dos Países Catalães demonstraram ser dois exemplos tipos dos dois principais eixos de intervenção da administração local. A Rambla do Raval, o projecto de “arranjo”, homogêneo, tipificado, cuja intenção era dar um nome igual àquelas que moviam milhares de pessoas diárias “La Rambla”. Para assegurar essa similitude apostaram (e porque era um bairro problemático), numa manifestação escultórica de um artista de renome. A Praça dos Países Catalães é o projecto espectacular, arrojado, dispondo o máximo das linhas e figuras geométricas, assente num conceito algo duvidoso. Não um espaço público, mas sim um monumento.

O facto das pessoas não frequentarem os espaços demonstra o alienamento dos responsáveis técnicos e gestores municipais na concepção do projecto. Necessariamente que a sua localização, em ambos os casos, induzia a sua passagem, mas não a frequência. Contudo, a Rambla do Raval era um espaço mais frequentado, sobretudo pela escala e a localização, mas também porque oferecia serviços tais como esplanadas e cafés que a Praça dos Países Catalães não oferecia. Um facto notável, necessariamente a ter em conta, sobretudo em futuras pesquisas sobre o assunto, é a dimensão social onde se insere o espaço. Isso em paralelo com a forma determina a sua apropriação. A Rambla do Raval insere-se num bairro com maior números de imigrantes, face à população local, oriundos de países com maior tradição de rua. Necessariamente isso também influi na frequência dos espaços.

Em ambos os casos, os inquiridos respondiam com convicção ao que para eles era uma praça, o que demonstrou a clareza que têm na tipologia e aquilo que esta deve conter para ser uma praça sobretudo para que os usuários a desfrutem. Em ambos os casos, estavam muito longe de constituir a praça de seus usuários.

O espaço público tem que traduzir a vontade e as necessidades das populações, respeitar a cultura, caso contrário estamos a construir uma cidade no papel, contemplando apenas a estética, destinada a pessoas que não existem. O novo urbanismo deve ter a capacidade de criar indivíduos a partir da espécie humana, ou seja, os sectores físicos e sociais consolidados da cidade, substituindo os sistemas apriorísticos e utópicos pela análise atenta da cor, do odor, do tacto e o gosto e o ruído do mundo que nos rodeia. Ou seja, a forma

é muito mais que uma demarcação física, constituída por limites e objectos, é o espaço vivido, a sua ambiência e a urbanidade.

As cidades são o habitat de muitos grupos, e só através da compreensão das imagens de grupo e das individuais, bem como das suas inter-relações, é possível construir-se um ambiente satisfatório para todos. As alternativas para a intervenção no espaço público incide em novos referentes que passariam, além de potenciar uma cidade muito mais sustentável e mais igualitária, por um novo modelo urbano, metropolitano e participativo, com autênticos processos de intervenção, cujos custos deveriam correr a cargo do município e não dos mesmos vizinhos, que sejam livres e não manipulados, que devolvam a uma boa parte da cidadania a confiança perdida nas instituições. O controlo da qualidade visual do espaço urbano permitirá a existência de uma identificação entre o indivíduo e o seu meio, ou seja com o seu lugar, o que vai contribuir para melhorar o nível da qualidade de vida e o grau de satisfação desse mesmo indivíduo. Numa época como a que vivemos, de constantes transformações, a organização formal do espaço público pode ajudar a estabelecer uma relação emocionalmente, segura, entre o homem e a cidade, que se traduz na diminuição do sentimento de insegurança resultante de fenómenos de angustia, produzidos por processos de não identificação entre o indivíduo e espaço formal que o rodeia.

Contudo, de forma geral, não podemos somente criticar a produção do espaço público pelo Modelo Barcelona, necessariamente houve também coisas boas, o facto de se intervir e recuperar algumas áreas da cidade, assim como aumentar o número de espaços públicos, foi bastante positivo. O criticável é a política que objectiva a intervenção, baseada num modelo de planeamento bastante questionável.

Assim, concluímos que a forma do espaço público influi na sua apropriação e que os decisores municipais, assim como os técnicos, têm que ter este factor em consideração na construção da sua cidade, isto se querem a cidade para os seus cidadãos, pois o significado do espaço público e por consequência da cidade está no uso. O processo cognitivo têm que ser mais que um conceito, tem que ser uma realidade e o planeamento estratégico conceber um plano de actuação que vise o todo e não fragmentos. Mas todo o processo só poderá ser viável e implantado, se houver um intenso e continuo esforço de pressão e esclarecimento sobre os órgãos responsáveis pela regulação e actuação no espaço urbano. De modo que a médio ou longo prazo seja possível “viver” a cidade fazendo dela um lugar, agilizando parcerias para que exista uma continuidade e integração entre as diferentes formas da cidade, pela diminuição do confronto entre os actores institucionais e os cidadãos.